

A noção de metáfora e metonímia no pensamento de Michel Pêcheux

Luciene Sipriano

Mestra em Ciências das Religiões

Instituição: Faculdade Unida de Vitória

E-mail: Lucienecipriani@gmail.com

RESUMO

O artigo aproxima o conceito de interdiscurso à metáfora, considerando a dinâmica de deslocamento do pré-construído de um locus discursivo para outro, e trata a metonímia como a imposição do efeito parcial do objeto discursivo que organiza, por intermédio do discurso transverso, outra teia de sentido e um novo eixo de memória. Reflete-se sobre os casos de “toupeira” e “incêndio”, segundo Michel Pêcheux, analisando, nesse ambiente, aspectos que envolvem “Deus”. Considera-se que o emaranhado de ideias que perpassam os conceitos de interdiscurso e memória, que, amiúde, os tornam quase equivalentes, encampam funcionamentos discursivos distintos que podem ser percebidos e problematizados a partir dos conceitos de metáfora, metonímia e discurso transverso, sobretudo na ótica de Michel Pêcheux.

Palavras-chave: Interdiscurso. Metáfora. Metonímia. Memória.

1 INTRODUÇÃO

No intuito de discernir melhor as noções de interdiscurso e de memória, o artigo a aproxima o primeiro conceito à metáfora sem perder de vista o deslocamento do pré-construído de um ambiente discursivo para outro, bem como trata a metonímia como a imposição do efeito parcial do objeto discursivo que organiza, a partir do discurso transverso, outra rede de sentido e, com isso, gesta um novo eixo de memória.

Mas, pelas lentes de Michel Pêcheux, parece possível vislumbrar uma hipótese incipiente sobre os fios que envolvem os conceitos mencionados. Michel Pêcheux, por exemplo, ajuda na compreensão e aprofundamento do conceito de metáfora, como uma espécie de curto-circuito simbólico que abrange a importação de um pré-construído de um *locus* discursivo por outro, através do interdiscurso. Entretanto, face à fragmentação que incide sobre o objeto discursivo – como uma espécie de segundo curto-circuito simbólico – a metonímia estaria na imposição da justificação e da explicação tanto para a importação quanto para a clivagem, o que gera outras sequências discursivas, contradizendo, em certo sentido, aquela que se constitui e que é orientada pelo discurso transverso, sempre na direção da produção de outro eixo de memória.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pêcheux (2011) propõe uma aproximação entre os conceitos de interdiscurso e metáfora na dinâmica de uma dependência mútua, embasando-se no “realce dados aos processos discursivos”, para postular que

seu projeto intenta “levar a sério a noção de materialidade discursiva enquanto nível de existência sócio-histórica [...] que remete às condições verbais de existência dos objetos [...] em uma conjuntura dada” (PÊCHEUX, 2011, p. 151-152). Nesse sentido, para Pêcheux (2011, p. 152), o sentido acontece “por intermédio do discurso e não através das determinações que extrapolam as fronteiras da historicidade”.

O projeto empreendido por Pêcheux (2011, p. 152) esquivava da suposição “da existência evidente dos objetos de saber, ‘passando através’ dos processos discursivos, nos quais eles se constroem, sem prestar a estes últimos uma atenção particular”. Nesse caso, a teorização assumiria uma função impeditiva de “uma ‘sociologia do saber’ (pautada na evidência), uma posição ‘poetológica’ que localizaria [...] no espaço poético os processos [...] ou uma teoria dos gêneros” (2011, p. 152). Logo, através desses processos discursivos, um objeto ganha significado, ao passo que um efeito – em razão da precedência temporal e acentuada repetição – e consolida o que é sem que necessariamente o seja.

De acordo com Pêcheux (2011, p. 153), é necessário “retroceder até a questão da produção discursiva do sentido de um enunciado (expressão, frase ou sequência textual)”, que, geralmente, condiciona o sentido pelo discurso bem como o discurso pelo sentido, depreendendo que um não se realiza sem o outro e que, simultaneamente, um se submete ao outro. Com efeito, o sentido está numa relação de interdependência com o que se diz sobre. Em outras palavras, na contramão da literalidade transparente, a espessura dos objetos discursivos emerge daquilo que os submete a um determinado efeito, que é sempre clivado por um processo discursivo.

Nessa lógica, um termo não apresentaria um sentido, porque é “conjunturalmente determinado enquanto objeto ideológico” (2011, p. 158). Por exemplo, os termos balão livre, a estrada de ferro e a toupeira se referem ao deslocamento espacial e, segundo Pêcheux (2011, p. 157), são “metáforas nas quais ele se representa”, isto é, toupeira não teria uma naturalidade ou peculiaridade zoológica, pois a produção discursiva dos objetos estaria circulando “entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser considerada originária” (2011, p. 158), porque representam o que diz acerca deles. Porém, mesmo que o termo seja mantido, o sentido se altera de acordo com a região discursiva, ou seja, não haveria “uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida aplicações variadas desta estrutura nesta ou naquela situação, mas a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas)” (PÊCHEUX, 2011, p. 158).

Para Pêcheux (2011, p. 157), toupeira é uma metáfora na medida em que não alude um sentido natural, e sim porque, mesmo que a forma linguística permaneça, o sentido é clivado por ambientes discursivos, adquirindo efeitos em cada um. Ou seja, “nem universais históricos, nem puros efeitos ideológicos de classes, esses objetos teriam a possibilidade de ser ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos, [...] de existir como uma unidade dividida, suscetível de se inscrever em um ou outro efeito conjuntural” (Pêcheux, 2011: 157). Segundo Pêcheux (2011, p. 158), “os elementos da

sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências podem se construir e se deslocar historicamente”. É aqui que a metáfora emerge como clivagem, importação, construção e deslocamento da referência discursiva por intermédio da relação entre as regiões discursivas que enunciam as mesmas coisas, porém, não falam as mesmas coisas acerca delas.

Pêcheux (1995a, p. 65) também faz referência à metáfora a partir da *ideologia empírica*, pela qual “se exerce uma resistência local (uma ideologia tenta se passar por uma ciência, produzir os efeitos dela e recolher seus benefícios)”, uma vez que “coloca em jogo uma função semântica [que postula] a coincidência do significante com o significado” (PÊCHEUX, 1995a, p. 71). Para o autor, isso pode suprimir o deslocamento do sentido através da importação metafórica, pressupondo, assim, uma relação de adequação e co-naturalidade e biunívoca entre essas duas instâncias. Porém, o embate da co-naturalidade que envolve o significante e o significado anula, por exemplo, o deslocamento metafórico, criando, assim, uma resistência que faz desaparecer a “especificidade simbólica do animal humano, [com a] pseudo-gênese da ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1995a, p. 72-73). Nas palavras desse pensador:

Não há *gênese do significante* (o que anula a ideia da produção-distribuição de significantes própria da ideologia empirista): a relação significante-significado resulta e uma propriedade de cadeia de significantes que permite colocar corretamente o problema da realidade exterior e da *prova* dessa realidade (PÊCHEUX, 1995a, p. 73).

Nesse sentido, não seria a realidade que permite, “a partir de uma ligação originária e não metafórica com o ‘objeto real’, edificar *a posteriori* as metáforas” (PÊCHEUX, 1995a, p. 73). Gadet e Pêcheux (2004: 27) argumentam que a “metáfora também merece que se lute por ela”.

Dessa forma, para delinear a metáfora e a metonímia, Pêcheux (2011, p. 158) lembra o caso da interpretação clássica que envolve as representações anarquistas e marxistas da destruição do Estado através da figura do incêndio. Nas palavras dele, a “noção de interdiscurso e de sequência pré-construída importada” (2011, p. 158), objetiva desvelar como – no caso dos anarquistas – a interpretação é sempre metafórica, ao passado que – no caso dos marxistas – é sempre metonímica, ao contrário do que era defendido na época.

Para Pêcheux (2011, p. 159), dada uma sequência: “as lojas X/o banco Y/o prédio administrativo Z [...] foram destruídos pelo incêndio [...] do discurso do cotidiano do século XIX”. A aproximação com uma segunda sequência: “é preciso destruir o Estado burguês pela Revolução, do discurso político revolucionário clássico” (2011, p. 159). Agora, pelo fato dessas sequências terem a destruição como elemento comum, o incêndio e a revolução podem ser empregados nas seguintes sequências: “o incêndio da revolução destruirá o Estado burguês [...] ou viva o incêndio do Estado burguês” (2011, p. 159). Nesse caso, a importação coloca incêndio e revolução numa relação, um curto-circuito simbólico, “sem que nenhum discurso justificativo o subentenda: as explicações e as justificações virão após” (2011, p. 159). O que se tem, nesses termos, é a



importação via interdiscurso, do pré-construído, isto é, a destruição pelo incêndio que engendra um deslocamento metafórico e um corte simbólico.

É possível replicar a reflexão em casos relacionados ao deslocamento espacial. A toupeira, por exemplo, é um animal que se movimenta sob a terra, escava túneis, vive em cavernas e tem cegueira. A toupeira torna possível elaborar referências aos trabalhadores de escavações de túneis da seguinte maneira: os trabalhadores de metrô são como toupeiras, isto é, uma metáfora zoológica. Além disso, pode-se atribuir o termo à perspicácia sobre uma circunstância, por exemplo, meu amigo é uma toupeira – metáfora política. Os curtos-circuitos acontecem movimentando o termo entre zonas discursivas distintas, produzindo efeitos distintos, ou seja, trata-se do interdiscurso como divisão, clivagem e/ou dispersão.

Em síntese, no pensamento de Pêcheux (2011, p. 159) a materialidade linguística não apresenta um sentido natural e, dessa forma, na contraposição da ideologia empírica e do imaginário da literalidade unívoca, a metáfora, através da importação, do deslocamento e das relações interdiscursivas, realiza a clivagem dos significantes e os insere em eixos polissêmicos e de equivocidade, produzindo inúmeros efeitos, como foi exemplificado com o incêndio e com a toupeira.

3 METODOLOGIA

O caminho metodológico adotado na pesquisa é um *blend* metodológico que engloba a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, e exploratória. Buscou-se, com esse percurso, aprofundar o conhecimento sobre as noções de metáfora e metonímia em Pêcheux (2011), a partir da análise de materiais já publicados: livros, artigos e outros. O objetivo corolário consistiu basicamente em compreender o estado atual dessa discussão, identificando lacunas e encontrar embasamento teórico para impulsionar a discussão aqui realizada. Com o material bibliográfico levantado, procurou-se analisar criticamente os conceitos delineados para, então, definir e clarificar os conceitos investigados, localizar variáveis relevantes e formular hipóteses para serem examinadas e testadas em estudos posteriores.

4 RESULTADOS

O objetivo desta seção é localizar uma concepção de interdiscurso no pensamento de Pêcheux (2011, p. 158), sem perder de vista o conceito de metáfora e o caso do incêndio tratados na seção precedente. O interdiscurso emerge numa ligação intrínseca à metáfora, porque, diante da importação e do deslocamento que ela causa, tem nele o “princípio de funcionamento” (2011, p. 158). Em virtude da clivagem de sentido, outros discursos emergem e, na contramão da integração, remete à dispersão e à diferenciação, porque, para Pêcheux (2011, p. 157), “os efeitos de interdiscurso não se resolvem em um ponto de integração, mas se desenvolvem em contradições”.

Segundo Pêcheux (2011, p. 157), os elementos inerentes ao deslocamento espacial, tais como, a



toupeira, por exemplo, são elementos metafóricos, porque não provêm de uma zona original que se amplia pela conotação. Trata-se, pois, de objetos clivados, ou seja, ao mesmo tempo idênticos e diferentes de si, constituindo, assim, a diversidade que está ancorada na unidade aparente gestada pelo uso de um significante. Porém, mediante a possibilidade de se inscreverem “em um ou outro efeito conjuntural” (2011, p. 157), o sentido depende da zona que os movimenta. Ou seja, o interdiscurso ocorre pela importação, pelo deslocamento e pela contradição, ao passo que a metáfora acontece, porque o resultado do que se investe é a reverberação de outro sentido.

Em contraposição à suposta colagem de um significante a um significado – com o sentido emergindo de fora de processos discursivos –, os significantes gravitam em regiões discursivas e recebem delas um efeito, em virtude do deslocamento gerado pelo interdiscurso e o seu funcionamento de, ao inserir discursos em relação, possibilitar que outros sejam feitos. Não haveria, dessa forma, o sentido, e sim um efeito gestado numa determinada conjuntura. Logo, tudo se estabelece no encontro da conjuntura que monopoliza o significante e define seus contornos.

Nas palavras de Pêcheux (2011, p. 158), “a referência discursiva do objeto é construída em formações discursivas [...] que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso”, o que indica que não existe um sentido literal ou unívoco. Desse modo, a importação de um objeto, pelas vias do interdiscurso e pela força das relações disjuntivas que metáfora cria, torna o efeito exatamente aquilo que ela estabelece. Por conseguinte, “a produção discursiva [dos] objetos ‘circularia’ entre regiões discursivas, das quais nenhuma por ser considerada originária” (2011, p. 158). Isso significa que não haveria, de antemão, a toupeira, enquanto animal, para depois existir a toupeira inerente ao deslocamento sob a terra, para, por último, existir a toupeira relativa à alienação política. Mas, o termo toupeira, nessa dinâmica, pertence às três instâncias, e apresenta efeitos de dispersão e clivagem. Através de uma relação de contradição discursiva, tais efeitos fazem o termo pertencer a conjunturas que o constroem como objeto discursivo a seu modo.

O interdiscurso tem a ver com a relação entre discursos com fronteiras delimitáveis, isto é: formações discursivas técnicas, políticas, religiosas, morais, médicas, entre outras, cuja importação de pré-construídos possibilita que uma metáfora insira o objeto discursivo sob outros holofotes, propiciando a criação de outra teia de sentidos. Ou seja, se o incêndio do cotidiano é uma justificativa da existência do corpo de bombeiros, sobre o incêndio da revolução, por exemplo, deve-se esclarecer que não é necessário que combate aconteça pelo fogo, embora isso aconteça.

Com base nessas reflexões, não seria inútil considerar que a metáfora e o interdiscurso mantêm uma relação intercambiável. O interdiscurso é o meio pelo qual um pré-construído de uma região discursiva produz outro efeito, mas a partir da metáfora. Destarte, se o interdiscurso representa o mecanismo de deslocamento e a metáfora consiste na imposição de outro efeito, ele faz referência à relação entre discursos



que pode produzir confrontos ou acordos, geralmente, com a recusa do débito. Na ótica de um discurso como devedor de outro, tem-se a circulação de objetos discursivos em regiões distintas não preferenciais e, amiúde, embates polêmicos.

Esse parece ser o pleito de Pêcheux (1995b, p. 162), isto é, de que “o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso”, porque ela não emerge de si, numa origem em relação à outra de que se distancia, ainda que esteja sob efeito de acordo ou aliança. Nesse sentido, um discurso carece de outro que o precede e que forneça o *húmus* para o processo de metaforização de pré-construídos que irão gerar outros efeitos sobre os significantes. No entanto, a dependência dissimulada pela aparência de evidência é apenas um efeito do imaginário.

Como definição, explica Pêcheux (1995b, p. 162), “a objetividade material contraditória do interdiscurso remete [ao] fato de que ‘algo fala’ [...] sempre antes, em outro lugar e independentemente”. Desse modo, cada termo empregado pode determinar um trajeto de leitura. Em relação à toupeira, é necessário que o termo, enquanto um dado do interdiscurso, pertença a outra região – postura política ou zoologia, por exemplo – independente e que esteja amparado sem a existência do seu outro. O mesmo pode ocorrer com o incêndio, que denuncia uma relação interdiscursiva, uma vez que, do discurso do cotidiano, precedente, de outra região e independente, deslocou-se para o discurso revolucionário através de um processo de metaforização, produzindo, assim, outro efeito.

O interdiscurso insere discursos em relação e possibilita que as metáforas sejam elaboradas e se tornem uma base para as teias de sentido que tratam dos mesmos objetos discursivos, de uma forma que não diga o mesmo sobre eles. Esse processo é de constituição de outros efeitos e outros eixos de memórias, por intermédio de outras cadeias sintáticas que, de certa forma, retomam, metonimicamente, outra parte do todo.

5 DISCUSSÃO

Metonímia tem a ver com a retomada de um tempo por outro, de modo que o represente como parte do todo. Nesse caso, a substituição não se pauta na semelhança, como ocorre na metáfora, e sim no aproveitamento de uma parte do todo que o retoma, diante da contiguidade que os perpassa. Para Pêcheux (2011, p. 160), a metonímia acontece no caso da vela que retoma a embarcação, ou seja, o barco, pelo qual “se articula através da descrição técnica das partes constituintes do barco (e a vela é justamente uma de suas partes constituintes: a principal, essencial ou constitutiva)”. Da mesma forma, o incêndio representa uma metonímia clássica, pois, trata-se de uma restrição que gera uma clivagem entre a definição corrente e aquela que o termo terá em suas formulações. A metonímia, por vezes, assemelha-se ao cânone, mas, por outras, a parte resulta de um deslocamento metafórico gerado pelas cadeias sintáticas que as limitam, e não da retomada de uma parte que constitui o todo.

Cabe lembrar o recalque da ordem do simbólico pressuposto na ideologia empírica, que recusa o fato de o significante de um significado não emergir da relação com o objeto real, e sim da cadeia discursiva que engendra a ancoragem. Mas, vale retomar outro recalque gerado pelo apagamento da “conexão de significantes entre si” gestado pela ideologia especulativa, explica Pêcheux (1995a, p. 71), que é um simulacro de ciência, porque insere os objetos em discurso com base na ideia da comunicação e controle do ser humano sobre si pela linguagem.

Enfim, se o primeiro recalque indica que o significante adere ao significado a partir da relação de co-naturalidade, o segundo postula o estável pela seguinte concepção: o ser humano como “animal social” (1995a, p. 72), e suas relações com os outros seriam naturais, uma vez que, para Pêcheux (1995a, p. 72), a “natureza seria precisamente a natureza linguística do animal humano como animal social apto para intercambiar significações codificadas”. Denega-se, pois, que o significante tem aderência social ao significado e gestado pelas cadeias sintáticas que estabelecem e fixam seus contornos. Nessa lógica, a linguagem emerge como comunicação através de mensagens, e isso justifica a designação dessa ideologia enquanto especulativo-fraseológica, pois, uma vez ancorada na especulação do sentido, ela produz um efeito de evidência, mesmo que esteja ancorada na identificação e no reconhecimento.

Em relação ao incêndio, Pêcheux (2011, p. 159) considera a ocorrência de um primeiro curto-circuito metafórico, em virtude da similaridade entre o cotidiano e o anarquismo, que o trata como um substituto potencial ou determinante da revolução. É um freio ao sentido homogêneo reforçado pela ideologia empírica que desafia, caso mantenha-se o recalque da ordem do simbólico, a passar pela imersão das cadeias sintático-metonímicas, como acontece no incêndio, exatamente no segundo curto-circuito, isto é, pelo atravessamento de uma “sequência textual transversal” (2011, p. 159).

De acordo com Pêcheux (2011, p. 159), sobre a primeira sequência – incêndio/destruir/prédios/bancos/lojas – e sobre a segunda sequência, acima delineadas – revolução/destruir/Estado burguês –, em que a metáfora pelas vias do interdiscurso gera um deslocamento, recai uma terceira sequência, que tem potencial para conectar: “lojas/bancos/administração [...] e Estado burguês [gerando] o Estado burguês protege as lojas, os bancos, as administrações [ou] ele está organicamente ligado a estas instituições” (2011, p. 160). Logo, o segundo curto-circuito não representaria:

Uma perturbação que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma [ou da negação, como acontece na metáfora], mas uma tentativa de ‘tratar’ esta perturbação, de reconstruir suas condições do aparecimento, um pouco como um biólogo reconstrói [...] o processo de uma doença para intervir sobre ela (PÊCHEUX, 2011, p. 160).

Diante da perturbação causada sobre incêndio e da interpelação acerca da aproximação com revolução, o curto-circuito metafórico emerge como um curto-circuito metonímico entrelaçado numa teia de significantes articulada por um discurso transversal que estabelece a relação entre “a” e “b” pela

contiguidade.

Com efeito, não seria um equívoco afirmar que uma metáfora ocorre através de uma relação interdiscursiva e gera uma fratura no sentido. Ou seja, se o deslocamento não direcionasse à clivagem, não haveria essa necessidade. Entretanto, a metáfora, que representa uma fragmentação da referência, necessita de explicações e justificativas para a dispersão, e a metonímia parcializa o objeto discursivo com explicações sobre o que ele é doravante num discurso. Em relação ao incêndio, a justificativa gira em torno do primeiro curto-circuito, que, por intermédio do segundo, metonimicamente, traduz e localiza a fissura gerada pelas sequências discursivas. O mesmo acontece em relação à toupeira a partir do estranhamento da importação, de modo que uma justificativa se impõe e é construída pelas cadeias sintáticas que tecem os fios da parte com o todo.

À metonímia cabe desvelar o recalque da ordem do simbólico gerado pela ideologia empírica, contornando, assim, o significado de um significante com cadeias sintáticas sustentadas por uma ideologia fraseológico-especulativa. Logo, se a metáfora, por intermédio do interdiscurso, perturba o sentido, de modo consequente, a metonímia, pelas vias do discurso transversal e pelas sequências discursivas, gera constrangimento na leitura, no limiar, sob o risco de “evoluir para uma construção-preservação do existente [fixando-o, assim] em uma entidade administrativa [através da] preocupação de curar a ferida em questão, ou de anular os seus efeitos” (PÊCHEUX, 2011, p. 161), mas, isso é realizado com dificuldade de suportar a categoria de contradição. Nestas linhas, considera-se como hipótese que é dessa forma que se atinge à memória.

5.1 METONÍMIA E MEMÓRIA

Embora Pêcheux não proponha essa relação, o enlace entre a memória e os conceitos da metáfora podem ser mais bem esclarecidos com o incêndio. A partir de um pré-construído independente e de outra região, através do interdiscurso, um curto-circuito metafórico é processado. Em caso de relevância, uma justificação pode ser útil à clivagem que secciona o sentido, como uma espécie de reflexão necessária sobre o efeito de sentido que, além de ser outro, pauta-se sobre uma parte do todo.

No discurso cotidiano, incêndio tem a ver com a combustão e com a produção de chamas que se transforma em cinzas, mas, no discurso revolucionário, refere-se à corrosão das instituições que fixam um modelo de Estado. Nos dois casos, tem a destruição, porém, não sustentadas pelos mesmos meios. O primeiro caso denota a ideia de uma fatalidade indesejada que não elenca suas vítimas, no entanto, o segundo caso é diferente, porque apresenta um foco de aplicação em virtude de uma posição político-ideológica e econômica. Nesse sentido, um bombeiro abordaria a prevenção contra incêndios numa fala indistinta para proprietários ou trabalhadores do meio de produção, mas, um marxista faria isso de modo distinto, isto é, dando alertas aos desfavorecidos na defesa da administração coletiva. Os dois discursos abordam o incêndio,

contudo, se é combatido ali, prega-se o alastramento aqui – guardado o efeito –, no entanto, se um visa à salvaguarda, o segundo se sustenta no desaparecimento.

Por intermédio do segundo curto-circuito – enquanto discurso justificado da metáfora – gera-se uma chave hermenêutica do pré-construído, bem como é aqui que a memória ganha forma e determina a tessitura de leitura do discurso nascente. Na imposição de precisar o efeito da clivagem, ela adquire forma e pode tornar-se uma teorização assim como o discurso marxista. A clivagem gerada pela metáfora, via interdiscurso, pela força do discurso transversal que perpassa o processo metonímico, constitui um conjunto de materialidades capaz de cristalizar uma compreensão e, no limiar, pode produzir um efeito de estabilidade. A metonímia, nessa seção que produz através do encadeamento articulado pelo discurso transversal que a constitui, na ânsia de justificar a metáfora, gesta a memória, que é sempre discursiva e parafrástica e tem potencial, por um tempo determinado, de tornar-se imune à contradição.

A metonímia, através do discurso transversal, intenta curar a perturbação gerada pela metáfora, traduzindo o efeito de sentido e trazendo à tona o recalque da ordem do simbólico para denegar a ferida. E, através das sequências discursivas, ela procura explicitar o reconhecimento e a identificação a partir de ditames axiológicos. Nesse caso, o deslocamento metafórico, quando produz uma dispersão, torna-se compreensível e passa pelo discurso que o desvela e que, ao fazer isso, constitui uma teia que fixa contornos e possibilidade a retomada, a ampliação e a especulação, por intermédio de paráfrases que se desdobram em implicações, inferências e deslizamentos.

Diante da constituição através das cadeias sintáticas que geram os laços metonímicos articulados pelo discurso transversal, a memória não deveria ser “entendida [...] no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’”, explica Pêcheux (1999, p. 50), impondo que “afastemos interpretações psicológicas em termos de ‘realmente-já-ouvido’” (ACHARD, 1999, p. 50). Quando ocorre a clivagem do significante por uma região discursiva que o desloca, o novo sentido acaba sendo orientado com outra fraseologia, o que significa que a memória é discursiva, uma vez que “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (ACHARD, 1999, p. 11). A tessitura da memória ocorre justamente pela necessidade de justificação da dispersão do pré-construído que, idêntico a si e migrando, gravita em outras materialidades discursivas com outro efeito.

Assim, quando o discurso transversal – pautado na parte do objeto discursivo que realça – clareia a ocorrência de sequências discursivas, emerge uma força produtiva de paráfrases, que, segundo Achard (ACHARD, 1999, p. 56), são “como derivações de possíveis em relação ao dado, [cuja] regularização estrutura a ocorrência e seus segmentos, situando-os dentro de séries”. Nesse caso, a dispersão do pré-construído bem como a migração para outra região discursiva o conduzem a ser uma referência discursiva articulada em materialidades que estabilizam a significação e que podem reter um efeito preferencial, o que estabelece o que pode e precisa ser dito, constituindo, assim, a memória e os elementos implícitos que a

constrange.

O implícito refere-se ao elemento que precisa ser resgatado da formação discursiva que o estabelece, através da relação com a memória instaurada pelo discurso transversal que age sobre a sequência discursiva. Parece ser esse o sentido do argumento de Pêcheux (1999, p. 52), quando defende que “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que é dado a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que uma leitura necessita”, que, ainda que não retomem apenas o mesmo, tratam-no como fio de referência. Ao clivar o pré-construído, a memória institui um conjunto de justificativas e/ou explicações que, enquanto memória, impõe seu resgate, mesmo que seja pela referência ao discurso do qual se separou. Da mesma forma que uma região discursiva tem seu próprio eixo de referência, ela retoma os implícitos elaborados nela para que as materialidades se submetam ao padrão de inteligibilidade.

Por vezes, o interdiscurso e a memória emergem como emaranhados ou mesmo sob a tentativa de um pertencer ao outro. Porém, diante dessas considerações, mostram-se fenômenos distintos, que, mesmo entrelaçados, um remete a um rito genético que tem a ver com o deslocamento metafórico e, o outro, por sua vez, tem a ver com a instauração de uma região discursiva em torno de um pré-construído de outra região independente. Da mesma maneira, não é interessante transformar um no ambiente do outro, pois eles são constitutivamente dependentes e, na mesma intensidade, não são quase-sinônimos, diante da discrepância e o poder heurístico que cada um apresenta. Nesse sentido, a memória não pode ser concebida como uma capsula que enclausura o sentido pela força de sua constituição, mas, considera-se o pleito de Pêcheux (1999, p. 53) que “há sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento [que pode gerar] uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede de ‘implícitos’”, com a produção de outro efeito por meio do deslocamento metafórico e do tratamento metonímico.

As regiões discursivas, uma vez afetadas pelo interdiscurso que conduz aos deslocamentos metafóricos dos pré-construídos que as constituem, articuladas pelo discurso transversal que as perpassa e com a necessidade de justificativa dos efeitos de sentido que derivam da parte de um todo, sempre oriundos de outra região independente, produzem núcleos ideológicos que determinam o parâmetro para a geração das sequências discursivas que as têm como fonte de conexão ideológica. Diferente de um eixo horizontal, assim como o interdiscurso que dispersa o sentido, a memória atua na verticalidade que, sob a imposição de uma produtividade não-subjetiva, adverte o futuro, até se deparar com a assombração do interdiscurso com outra metaforização.

5.2 O CASO DE “DEUS”

Esta seção procura sistematizar os resultados da aplicação de uma sequência discursiva e conferir concretude às reflexões teóricas até aqui trabalhadas, a partir da compreensão dos conceitos até aqui

mobilizados. A análise aqui empreendida parece plausível, pois diferente dos casos utilizados por Pêcheux e assume um modo de metaforização não mencionado por esse pensador, a saber: a negação em que metáfora acontece pelos deslocamentos não embasado na semelhança ou na identidade, e sim pela contradição.

Eça de Queirós (2000, p. 290), no romance *O crime do padre Amaro*, apresenta a abadia de Leiria em que o Cônego Dias, amante de Dona Joaneira, trama para que Amaro substitua o falecido vigário da Sé. A filha de Joaneira, Amélia, compõe o quarteto das relações proibidas com a chegada de Amaro, numa vida conjugal com o novo pároco. Mas, ao final, ela morre: grávida, desassistida e junto de seu filho. Atraída por Amaro e entregue a ele, Amélia sofreu dramas de consciência e teve alucinações como se estivesse sendo alfinetada por Nossa Senhora, atravessando seus dias entre a entrega do prazer e à recriminação subsequente, que fez com que sua vida transcorresse numa tortura. Porém, Ferrão, outro abade, torna-se seu confessor, levando-a a conhecer outra mundividência religiosa, o que trouxe certa calma para seus problemas existenciais.

O excerto dessa obra permite elaborar uma visão de conjunto que ilustra a passagem de um discurso indireto livre do fluxo de consciência promovido pelo abade Ferrão, que, tornara-se confessor, também, de uma beata da Sé, Dona Josefa. Veja:

Quis então levar àquele noturno cérebro de devota, povoado de fantasmagorias, uma luz mais alta e mais larga. Disse-lhe que todas as suas inquietações vinham da imaginação torturada pelo terror de ofender a Deus [...]. Que o Senhor não era um amo feroz e furioso, mas um pai indulgente e amigo [...]. Que é por amor que é necessário servi-lo, não por medo [...]. Que todos esses escrúpulos, Nossa Senhora a enterrar alfinetes, o nome de Deus a cair no estômago, eram perturbações da razão doente. Aconselhou-se confiança em Deus, bom regime para ganhar forças. Que não se cansasse em orações exageradas (QUEIRÓS, 2000, p. 295).

Não haveria uma resposta a ser concedida para uma pergunta categoria que intencionasse colocar “Deus” sob um único sentido, porque o efeito atribuído a ele gravita em duas regiões discursivas que retomam, a seu modo, um objeto discursivo de disputa. Na contramão da suposta designação que torna o mundo discreto, nomeando-o e sedimentando o melhor significado para cada elemento, “Deus” é uno enquanto “etiqueta”, porém, clivado como concepção. Nesse sentido, “Deus” é metáfora que se desloca entre discursos marcados pela dispersão e acabam imprimindo sobre o mundo sentidos dispersos e divididos.

Não seria inútil dizer que, no excerto, existem dois deuses: na figura de um “pai indulgente e amigo” e de um “amo feroz e furioso”. Mas, não é possível definir qual seria o melhor sentido, e sim somente suportar a interpelação mais eficaz. Nesse caso, a metáfora – segundo o pensamento de Pêcheux – emerge como dado de fundamento, de base, e não a literalidade, isto é, inerente ao deslocamento entre as regiões discursivas que são definidas pela distinção e não pela identidade – o interdiscurso como rito genético.

O termo “Deus”, por sua característica metafórica, não é capaz de precisar o efeito de sentido, e não o sentido, que deve ter, porque precisa ser inserido em cadeias de significantes que o retomam e o transformam

em objeto discursivo, circunscrevendo-o numa apreensão que o distinguem de outra região discursiva. Ou seja, “Deus” deve ser inserido em sequências discursivas de modo que o efeito se estabeleça, não pela integração, e sim pela clivagem e pela divisão.

Por exemplo, na sequência, há “Deus” e ele não é o mesmo: por um lado, ele é “feroz e furioso”, precisa ser servido “por medo”, como um ser terrível, uma fonte fantasmagórica, um produtor de “cérebros noturnos”, de “imaginação torturada” bem como de “perturbações da razão doente”, exigindo “orações demasiadas”; por outro, representa um “pai indulgente e amigo”, deve ser servido “por amor”, não exige orações intermináveis, não pune e não tortura, não produz perturbações, não promove o terror e alucinações e deseja pessoas confiantes. Naquele lado, diante da fúria e ferocidade, “Deus” é punitivo e vingativo; neste lado, face as indulgências e a amizade, “Deus” é compreensível e bondoso. Logo, a metáfora “Deus” é deslocada, de modo interdiscursivo, entre um discurso “X” e um discurso “Y”, recebendo, em termos metonímicos, o efeito de sentido que precisa ser reproduzido a partir da imposição de um eixo de memória nas sequências discursivas.

Desse modo, na medida em que a metáfora e o interdiscurso convertem ao eixo horizontal da clivagem e da dispersão – enquanto efeitos de sentido que gravitam pelas regiões discursivas –, a metonímia e a memória sinalizam para o eixo vertical da repetição de um efeito sedimentado pelas cadeias discursivas capazes de reiterar e estabilizar uma matriz de gerenciamento. Como já mencionado, na sequência, há, por um lado, um discurso “X” que representa “Deus” como “um amo feroz e furioso”. Com isso, numa primeira sequência como “os homens desejam a vida eterna” e numa segunda sequência como “a igreja deseja a salvação da humanidade”, esta última poderia realizar a vontade de perenidade das pessoas, porque seria a representação no mundo de um ser poderoso que, por essa razão, tem poder para satisfazer o desejo de eternidade. Ou seja, alguém capaz de punir os seres humanos, em caso de insatisfação da sua vontade, bem como concebida pela igreja da sequência X. Ao colocar-se a serviço da salvação humana, a igreja se vê na obrigação de elaborar um discurso que abrange a obtenção da vida eterna, tecendo as concepções sobre a natureza divina, seus desígnios, exigências, atuação e sobre o que os seres humanos precisam fazer para atender a “Deus”.

Pela obrigatoriedade de inserir um significado a um significante, bem como inserir “Deus” em cadeias sintáticas fraseológicas e/ou especulativas que traduzem tal inserção, os discursos são gerados e acabam tecendo uma rede de sentidos sobre o termo – o que é a igreja e o que se espera das pessoas –, pois, se os seres humanos almejam a eternidade e “Deus” a concede, caberia à igreja definir os termos de sua obtenção pela referência à constituição de uma teia de sentidos que estabelece uma memória sobre o conjunto. Como em “X”, para “Y”, o núcleo ideológico emerge como um senhor controlador e punitivo, um conjunto de decorrências atrela-se a esse princípio, o que lança uma luz estreita de compreensão, ou seja, o terror de ofender a “Deus”, as orações intermináveis.



Tal lógica está pautada em um modelo de igreja detentora de uma “verdade” que define o estilo de vida e que está eivado pela preocupação em pecar e/ou pela hipótese da possibilidade de sempre pecar. Diante desse círculo vicioso, as precauções recomendadas seriam adequadas. Mas, nada se sabe sobre “Deus”, uma entidade que, situada em cadeias de significantes, através do deslocamento de outras paragens e pela contrição do isolamento de uma parte do todo, herda uma memória que define o que seja, e, da mesma forma a igreja, o ser humano, o pecado e a salvação.

Portanto, em virtude do deslocamento metafórico de um pré-construído, pelas vias do interdiscurso com o paganismo politeísta, outro efeito acabando sendo imposto sobre o termo “Deus”, pois, pelo imaginário da fé, produz-se, pela transversalidade relacionada a “Deus”, à igreja, ao ser humano e à salvação, um discurso acerca da punição que conduz ao desdobramento de sequências discursivas. Por exemplo: “se os homens desejam a salvação, podem procurá-la na igreja, que, instância de mediação entre eles e Deus, pode orientá-los, pois ela O conhece e sabe, portanto, como obtê-la”. Nesse exemplo, com jejuns, inquietação, orações, terror e medo.

Mas, há um discurso “Y” que localiza “Deus” como “um pai indulgente e amigo”, por intermédio da negação como elemento que protagoniza uma relação polêmica, em que os termos de “X” transformam-se em seus contrários. Mesmo assim, de acordo com a hipótese das sequências um e dois supramencionadas, a igreja ainda representa a instituição que pode atender ao desejo humano de eternidade, porém, com base em outra concepção ideológica, isto é, outro conjunto de orientações: ainda servir a “Deus”, sobriedade na alimentação e fazer orações, entretanto, sob outra perspectiva. Ao rejeitar o núcleo ideológico de “X” e toda a rede de elaborações derivadas, “Y” se insere como uma igreja que lida com o ser humano pecaminoso, propiciando a salvação e permitindo atingir a vida eterna, bem como representa a instituição secular que facilita o alcance da perenidade, mas, sustenta-se, sobretudo, em um diapasão mais compassivo e humano.

Da mesma forma como em “X”, a igreja representaria a instituição indicada para orientar as pessoas no trato com o divino em virtude do desejo pela vida eterna, porque ela deteria a “verdade” sobre “Deus” e sobre seus desígnios, ansiosos de servidão amorosa, alimentação sóbria e orações moderadas. Em “Y”, o cérebro não seria mais obtuso e perpassado por fantasmagorias, ou seja, não existiria um imaginário torturado, aterrorizado, de modo que o discernimento seria mais plausível e mais abrangente. Assim, na medida em que “Y” também precisa explicar, de modo especulativo, o efeito de colagem que intenta gerar entre o significante “Deus” e o seu efeito, seria a partir de uma terceira sequência que, transversalmente, ele entrelaça o quadro elaborado que visa a salvação. Se, em “X”, a salvação é alcançada de uma forma, isto é, com a constituição de uma filiação discursiva em paralelo a um conjunto de sentidos decorrentes, uma memória, em “Y”, ela é obtida de outro modo, porque “Y” ancora em outro núcleo ideológico e outra teia de parâmetros, ou melhor, outra memória.

Entretanto, “X” ou “Y” tratam sobre “Deus”, porém, o metaforizam de modo distinto, gestando



efeitos a partir do confronto interdiscursivo que os envolve. Diante de uma ideologia dominante, como a que pode ser notada em “X”, Ferrão representa a resistência que, através da negação e como porta-voz de uma outra mirada, pretende estabelecer outra conduta religiosa. Fundamentado por outra transversalidade que articula e orienta a relação entre os seres humanos, “Deus”, igreja e salvação, o corte metonímico estabelecido elenca um traço dessemelhante a ser praticado, transformando-o, assim, em um conjunto de sequências discursivas e gerando outro processo discursivo e outra memória.

Com base nisso, pode-se considerar que “Deus” não é um ser indivisível. Na materialidade do discurso e no confronto pelo sentido, emergem dois deuses, a saber: um amo feroz e furioso, assim como um pai indulgente e amigo. Tem-se duas regiões discursivas religiosas com parâmetros de atuação distintos. Ou seja, Se “X” se sustenta no rigor, na punição e na censura, “Y”, por sua vez, ressalta o perdão, a compreensão e a complacência. Portanto, “Deus” torna-se aquilo que o discurso concebe, a partir de tantas formações discursivas e à revelia do que representa ou não. Quanto a isso, deve-se a ênfase de Pêcheux em relação à posição materialista do discurso, uma vez que nos diferentes *locus* discursivos é que os objetos adquirem sentido.

6 CONCLUSÃO

Depreende-se que uma região discursiva, determinada pela imposição de atribuir sentido aos objetos discursivos que a constituem, gesta um conjunto de sequências discursivas sobre tais objetos. Todavia, na contramão de toda sorte de precaução, em virtude do confronto que pode ocorrer com outra região, que modela o mundo de outro modo, as referências discursivas que a constituem têm potencial para se transformar em outras, uma vez que estão sujeitas a migrar para outros espaços.

A polêmica entre regiões, pela força do interdiscurso, pode conduzir um pré-construído de modo que, em “X”, significa “A”, a significar “B”, em “Y”, gerando outro efeito pelo deslocamento metafórico, o que indica que outra cercania se constitui, pois, o objeto discursivo necessita de outro lugar para existir. Dessa forma, o interdiscurso, pelas vias da polêmica, e a metáfora, pelas vias do deslocamento, geram uma fratura no âmbito do sentido que necessita ser tratada em virtude da dispersão horizontal causada.

Para que o deslocamento seja aceitável, é necessário existir um terreno comum entre “X” e “Y”, ou seja, o pré-construído de “X” precisa ter algum elemento que possibilite a importação para “Y”, cuja parte do sentido será posta frente à necessidade de justificar a dispersão – da mesma forma que o marxismo no caso do incêndio –, fazendo notar a relação de “Y” com “X” através do discurso transverso para explicar as conexões e desconexões entre elas, bem como para gerar as sequências que estabelecem o efeito do objeto discursivo.

Depreende-se, pois, que, através desse movimento de geração de sequências discursivas que constituem o processo discursivo e que acabam constringendo o sentido em uma perspectiva que a



verticalidade preventiva se ajusta, estabelece-se, assim, uma série doravante, mesmo que amplie até o limite de não implodir o núcleo ideológico que a sustenta. Desse modo, a memória define o enunciável e aquilo que precisa ser mantido à distância, diante do risco de as fronteiras sucumbirem sob o peso do confronto discursivo. Os casos do incêndio, da toupeira e de “Deus” serviram de base para sustentar essas hipóteses, entretanto, não seria inútil considerar as possibilidades de repetição do que está sendo postulado.



REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999.

CATTELAN, João C. O interdiscurso entre discursos, Trama, Curitiba, v. 13, n. 30, p. 168-190, 2017.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. A língua Inatingível. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. Observações para uma teoria geral das ideologias. Rua, Campinas, v. 1, n. 1, p. 63-89, 1995a.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio, Campinas: Unicamp, 1995b.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (org.). Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999. p. 47-63.

PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso. Campinas: Pontes, 2011.

QUEIRÓS, Eça. O Crime do Padre Amaro. São Paulo: Ática, 2000.